escola informação

DIGITAL | N.º 49 | SET./OUT. 2026



CADERNO

Abertura do Ano Letivo: desmantelamento do MECI = caos nas escolas | Pág. 4

SPGL
SINDICATO
DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

sumário





editorial 3

caderno 4

escola em movimento 14

cidadania 32

internacional 46

breves 51

editorial

José Costa | Presidente do SPGL



OE2027: Uma farsa orçamental que não valoriza os professores

A falta de professores, as turmas sem aulas e a degradação das condições de trabalho exigem respostas estruturais. Contudo, o OE2027 volta a falhar, sem medidas concretas que valorizem a carreira docente, tornem a profissão mais atrativa e reforcem os recursos humanos das escolas.

Pelo terceiro ano consecutivo, o investimento na Educação recua em termos relativos, ficando a dotação prevista nos 2,25% do PIB, muito longe dos 6% de referência internacional.

O aumento anunciado da despesa é de 4,9%, mas, incluindo o PRR, fica-se pelos 1,5%, abaixo da inflação prevista. Além disso, grande parte do acréscimo destina-se a compromissos já assumidos, não representando novo investimento na valorização dos professores.

Entretanto, a revisão do Estatuto da Carreira Docente arrasta-se, sem que o Governo apresente garantias financeiras concretas para uma efetiva valorização da profissão. Os professores continuam à espera de respostas para a progressão na carreira, a sobrecarga de trabalho e a perda de atratividade da docência.

Este orçamento é mais uma oportunidade perdida. Sem investimento consistente, valorização profissional e melhores condições nas escolas, não se resolve a falta de docentes nem se defende uma escola pública de qualidade para todos. •



Abertura do Ano Letivo: desmantelamento do MECI = caos nas escolas

A política de desmantelamento do MECI foi prontamente denunciada pelo SPGL e a FENPROF. Hoje, estão ainda mais à vista de todos os objetivos e, principalmente, as consequências: caos nos exames, alunos sem escola e aprofundamento do problema da falta de professores. A causa está nas opções políticas que fragilizaram a resposta da administração educativa. Se o objetivo será juntar a este desmantelamento alterações à educação inclusiva, uma reorganização curricular e na gestão das escolas, percebemos que o que está em causa é mesmo o direito à educação. •

Abertura do ano letivo

Escola Pública confrontada com problemas estruturais



José Feliciano Costa
Presidente SPGL

O início do ano letivo 2026/2027 voltou a evidenciar os problemas estruturais que afetam a Escola Pública e a profissão docente. A falta de professores, os alunos sem escola atribuída, as insuficiências materiais e as dificuldades de funcionamento dos estabelecimentos de ensino revelam a incapacidade do Governo para assegurar uma resposta atempada às necessidades das comunidades educativas.

A falta de professores continua a comprometer o direito dos alunos à Educação. As dificuldades de recrutamento não resultam apenas da escassez de candidatos, estando também associadas à desvalorização da carreira, à precariedade dos horários, às dificuldades nas substituições e aos custos da habitação e das deslocações. O envelhecimento do corpo docente agrava as perspetivas para os próximos anos, tornando indispensáveis medidas estruturais de valorização da profissão.

Particularmente grave é a situação dos alunos que iniciaram o ano letivo sem escola atribuída. Esta realidade não pode ser confundida com a falta de professores: trata-se de um problema distinto, relacionado com a insuficiência de vagas e com falhas no planeamento da rede escolar. A não realização das habituais reuniões locais de articulação com os agrupamentos dificultou a antecipação das necessidades e a procura atempada de soluções.

O inquérito realizado pela FENPROF, com 240 respostas, correspondentes a 29,2% dos agrupamentos e escolas não agrupadas do continente, identificou outros constrangimentos significativos. Cerca de 66% dos agrupamentos referiram insuficiências ou obsolescência dos equipamentos informáticos. Também as condições de climatização preocupam: apenas 27% dos respondentes consideraram as escolas preparadas para períodos de muito calor, enquanto 58% afirmaram que os edifícios não estão preparados para fenómenos climáticos extremos.

Estes problemas não podem ser analisados isoladamente. A qualidade da Educação depende das condições de trabalho dos docentes e dos restantes trabalhadores, dos recursos disponíveis, da adequação das instalações e da capacidade de planeamento da administração educativa.

Para isso, são necessários investimento público, valorização da carreira docente, reforço dos recursos humanos e uma administração educativa capaz de antecipar problemas e construir soluções com as escolas.

Defender a Escola Pública exige mais do que gerir emergências: exige uma política educativa que coloque os direitos dos alunos e a valorização dos profissionais no centro das prioridades. •



Desmantelamento do MECI e do direito à educação



Jorge Gonçalves
Vice-Presidente SPGL

A política de desmantelamento do MECI foi prontamente denunciada pelo SPGL e a FENPROF, quando avançou no verão de 2025, sem participação e às escondidas de toda comunidade educativa. Já se alertava que o estava em causa era um ataque à Escola Pública.

Hoje, estão ainda mais à vista de todos os objetivos e, principalmente, as consequências: caos nos exames, alunos sem escola e aprofundamento do problema da falta de professores. Face ao seu programa, à sua postura e comportamento, o ministro e o seu governo foram responsáveis por professores desesperados, alunos e pais ansiosos, sem apresentar verdadeiras soluções para um problema que criaram.

Sobre a dita "Reforma do Estado", o SPGL/FENPROF exigiu a reversão do desmantelamento do MECI. O caos nos exames podia ter sido evitado, assim como, a dimensão de alunos sem escola ou mesmo a mitigação da falta de professores. A causa está nas opções políticas que fragilizaram a resposta da administração educativa. Se as escolas e os professores cumpriram o seu dever, cabia ao governo e ao ministro da Educação assumirem plenamente as suas responsabilidades.

Se o objetivo será juntar a este desmantelamento alterações à educação inclusiva, uma reorganização curricular e na gestão das escolas, percebemos que o que está em causa é mesmo o direito à educação. Teremos de garantir que estes objetivos não se concretizem e a solução é só uma: lutar e defender a Escola Pública! •

Alunos sem escola: falta de planeamento e respostas inadequadas



Cátia Domingues
Vice-Presidente SPGL

O arranque do ano letivo voltou a deixar milhares de alunos sem todos os professores, e este ano alunos sem escola. A FENPROF alertou para o agravamento da situação e para as dificuldades sentidas pelas escolas, que continuam sem conseguir dar resposta a todas as necessidades.

A falta de reuniões da rede escolar, que permitiam antecipar carências e encontrar soluções antes do início das aulas, contribuiu para este cenário. A reorganização dos serviços do MECI não pode justificar a ausência de planeamento nem a incapacidade de resposta às escolas e às famílias. Perante a falta de professores, há escolas confrontados com uma escolha inaceitável: mandar alunos para casa ou distribuí-los por outras turmas, ultrapassando os limites legalmente previstos e comprometendo as condições de aprendizagem. No 1.º Ciclo, onde o limite geral é de 24 alunos por turma, o Governo admite aumentar o número de alunos e recorrer a docentes sem a habilitação profissional específica.

O SPGL e a FENPROF rejeitam estas soluções. A falta de professores não se resolve com turmas maiores, menos qualificações ou mais sobrecarga para quem está nas escolas. Exige planeamento, valorização da profissão docente e investimento na escola pública. Cada aluno tem direito a professores qualificados e a condições que garantam uma educação de qualidade. •

Falta de professores: um problema estrutural que se agrava



João Pereira
Dirigente SPGL

O ano letivo 2026/2027 começou com sinais preocupantes da dimensão da falta de professores. Entre 28 de agosto e 3 de setembro, foram disponibilizados 3208 horários em contratação de escola, contra 1743 no período homólogo de 2025: um aumento de 84%, num só ano.

Mais significativo ainda é que 3178 destes horários eram anuais e 2257 eram completos e anuais. Ao mesmo tempo que aumentavam os horários e as horas disponibilizados para contratação pelas escolas, diminuía o número de docentes disponíveis nas reservas de recrutamento. Uma evolução que evidencia as crescentes dificuldades em encontrar professores para responder às necessidades existentes.

Os dados demonstram que a falta de professores não se limita a algumas escolas ou regiões. Embora com incidência desigual, é um problema que se estende a todo o país e compromete a resposta das escolas às necessidades dos alunos.

O SPGL/FENPROF tem alertado que esta situação resulta de anos de desvalorização da profissão, precariedade, instabilidade e condições de trabalho pouco atrativas. Não será resolvida com alterações às regras dos concursos, mas com medidas efetivas de valorização da carreira docente, capazes de atrair novos profissionais e de garantir a sua fixação nas escolas. •



À falta de professores, o Governo responde com medidas avulsas



Paula Rodrigues
Dirigente SPGL

(...) A falta de professores não afeta todos os alunos da mesma forma. O seu impacto depende do ciclo de ensino, da disciplina, da respetiva carga horária e do número de alunos afetados. O 1.º ciclo e a Educação Especial surgem entre os grupos com mais horários anunciados; no 3.º ciclo e no secundário, destacam-se Português, Matemática e Inglês. No pré-escolar e no 1.º ciclo, a falta do docente titular pode interromper quase toda a atividade educativa e letiva, prejudicando a continuidade das aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Nos restantes ciclos, as consequências dependem das disciplinas afetadas, da sua carga horária e do número de alunos que ficam sem aulas, podendo comprometer as aprendizagens e o prosseguimento dos estudos.

O envelhecimento da profissão e a dificuldade em atrair e fixar docentes tornam a escassez estrutural. Até 2034/35, será necessário recrutar cerca de 38 mil novos professores.

Acelerar as colocações, impor horas extraordinárias e recorrer a docentes aposentados podem atenuar o problema, mas não resolvem as suas causas, não asseguram a formação nem a fixação de novos professores e podem comprometer a qualidade do ensino e da aprendizagem, agravando a sobrecarga dos docentes no ativo. A falta de professores não pode servir de pretexto para alterar currículos, reduzir cargas horárias, unir ciclos ou modificar a organização das turmas por razões meramente administrativas, em prejuízo de critérios pedagógicos.

É preciso valorizar a carreira e os salários, melhorar os horários e as condições de trabalho. É fundamental manter o rigor na formação inicial e garantir formação pedagógica adequada às necessidades. É imprescindível criar condições de estabilidade e conceder apoios à deslocação e à habitação, sobretudo nas regiões e nos agrupamentos onde a falta de docentes é mais acentuada.

O problema da falta de docentes não se resolve com medidas avulsas nem com um maior desgaste de quem trabalha nas escolas. Professores não se improvisam em setembro. •

Texto completo



Greve ao sobretrabalho, horas extraordinárias e componente não letiva



Sílvia Timóteo
Dirigente SPGL

Pelo oitavo ano consecutivo, o SPGL/FENPROF convoca esta greve para denunciar os abusos e ilegalidades na organização dos horários, exigir o cumprimento do Estatuto da Carreira Docente (ECD) e defender os direitos dos professores.

Pré-avisos

O pré-aviso abrange, entre outras atividades, reuniões pedagógicas e de avaliação, tarefas de coordenação e supervisão, apoio a alunos, formação e serviço extraordinário, bem como atividades não previstas na legislação da CNL.

Pela primeira vez, os pré-avisos abrangem também o dia de sábado, protegendo os docentes das escolas artísticas e de Educação Física que desenvolvem atividades com os seus alunos ao fim de semana, tais como provas, saraus, competições e apresentações, respeitando o ECD, que no art. 76.º prevê que "O horário semanal do docente (...) desenvolve-se em cinco dias de trabalho".

Esta greve combate o trabalho para além das 35 horas, a utilização abusiva da componente não letiva e a usurpação do tempo de trabalho individual. Exige o reconhecimento e pagamento do trabalho extraordinário, melhores condições laborais e soluções para a falta de professores que não agravem a sobrecarga nem prejudiquem a vida pessoal e familiar. •



Falta de professores – a situação na EPE e no 1.º Ciclo

Anabela Raposo | João Barros | Dirigentes SPGL

A falta de Professores e Educadores agrava-se a cada ano que passa nas zonas de maior pressão demográfica.
Mesmo com um elevado número de professores nas listas de recrutamento, a falta de medidas de apoio à deslocação e habitação inibem os professores de concorrer às ofertas de escola.
Por outro lado, a pouca atratividade da carreira na EPE e 1.º Ciclo, com as condições de trabalho pouco satisfatórias, calendário escolar muito extenso, turmas/grupos com excesso de alunos, número de alunos/crianças com NE por turma/sala, falta técnicos e de assistentes operacionais, imposição de receber alunos de outras turmas (distribuição de alunos quando da ausência do titular), prática que prejudica os alunos recetores.
A tudo isto acresce um corpo docente envelhecido que irá agravar a situação.
As mais recentes opções do MECI para resolver o problema é desvalorizar a carreira, baixar o nível de formação dos docentes, cuja especificidade destes setores exige uma formação profissional onde o estágio é fundamental. O SPGL e a FENPROF continuarão a exigir a VALORIZAÇÃO da carreira. •

CGA ameaça baixar as pensões de 3000 pensionistas alegadamente por erros de cálculo!



António Anes
Vice-Presidente SPGL

Nos finais de agosto, os serviços do SPGL e de outros sindicatos da FENPROF, identificaram muitas situações em que associados seus que haviam solicitado a aposentação e mesmo muitos já aposentados receberam, da CGA, uma comunicação, via e-mail, referindo a intenção de, "em princípio", vir a alterar – leia-se reduzir – o valor da pensão previamente definido.

O Sindicato acompanhou os seus associados nas respostas à audiência prévia no sentido de contestarem essa intenção.

Em 1.º lugar interessa denunciar que a atribuição da pensão não resultou de uma simples simulação, mas de uma resolução final da CGA que a comunicou ao trabalhador informando-o expressamente de que, se não pretendesse aposentar-se "nestas condições", poderia desistir. Se não desistisse, seria tomada a decisão final e passaria à situação de aposentado.

Portanto, o valor comunicado pela CGA foi um elemento essencial para muitos trabalhadores decidirem se se aposentavam ou continuavam no ativo. Muitos poderiam não se ter aposentado se soubessem que a pensão era inferior.

Outra interpretação abusiva é que devem ser ignorados anos de carreira contributiva para impedir o acesso a uma taxa aplicável mais favorável.

Só por isso, a CGA terá de responder, não apenas pela eventual correção do cálculo, mas também por ter posto em causa a confiança que deve existir entre o cidadão e o Estado, e pelos prejuízos que o seu erro provocou.

A contestação a tamanha arbitrariedade não poderá confinar-se ao plano jurídico, mas também na luta e na rua. Veja-se a recente vitória finalmente alcançada no Tribunal Constitucional que possibilita a reinscrição de milhares de docentes na CGA dela ilegalmente excluídos.

Vale a apena lutar.•







Educação Inclusiva

Alterações ao DL n.º 54/2018 comprometem Educação Inclusiva

Ana Cristina Gouveia e Jorge Humberto | Dirigentes SPGL

A conferência de imprensa promovida pela FENPROF, no dia 30 de setembro, centrou-se na análise das alterações propostas ao Decreto-Lei n.º 54/2018, que regula a educação inclusiva em Portugal. A federação manifestou preocupação relativamente ao impacto das mudanças anunciadas, considerando que estas poderão comprometer a concretização efetiva do direito de todas as crianças e jovens a uma educação inclusiva e de qualidade que têm de existir numa escola que é a sua.

Entre os principais aspetos abordados destacou-se a necessidade de garantir um amplo debate público sobre matérias com repercussões tão significativas para alunos, famílias e profissionais da educação. Foram igual-

mente evidenciadas preocupações quanto à disponibilidade de recursos humanos especializados, à adequação dos apoios previstos e às condições necessárias para uma implementação eficaz das medidas propostas.

A FENPROF defendeu que qualquer revisão legislativa deve assegurar respostas educativas adequadas às necessidades de cada aluno, promovendo a igualdade de oportunidades, a participação plena e o sucesso escolar. Sublinhou ainda a importância de preservar os princípios de inclusão, equidade e justiça social que têm orientado a escola pública portuguesa, garantindo que todos os alunos beneficiem dos apoios necessários para o seu desenvolvimento pessoal, social e académico.

Nesta CI foram igualmente colocadas uma série de questões para as quais se aguardam resposta da parte dos responsáveis do MECI.

Muitas destas questões foram já colocadas, tanto diretamente em reuniões, como no âmbito da consulta pública. Face à ausência de esclarecimentos, respostas e diálogo, as organizações que intervieram nesta conferência de imprensa irão apresentá-las de novo ao Ministro da Educação exigindo que este não se mantenha num silêncio que está a adensar as preocupações das comunidades educativas. •



Declarações do Secretário-Geral, Francisco Gonçalves, e de Ana Simões, Coordenadora Nacional para a Educação Inclusiva da FENPROF



Fusão dos ciclos exige conhecimento, planeamento e participação

A FENPROF não aceita que uma alteração estrutural com consequências profundas para alunos, famílias, escolas e professores seja apresentada através de anúncios sucessivos, sem que sejam conhecidos o modelo pedagógico, o modelo de docência, a organização curricular, a formação dos docentes, a reorganização da rede escolar e as condições concretas da sua implementação.

O Ministro confirmou a intenção de fundir os 1.º e 2.º ciclos e anunciou projetos-piloto já para o próximo ano letivo. Contudo, permanecem sem resposta questões fundamentais sobre o modo como essa fusão será concretizada. O Conselho Nacional de Educação, na Recomendação n.º 7/2026, sublinha a necessidade de uma avaliação participada que envolva ativamente a comunidade educativa nas diferentes fases de conceção e acompanhamento da medida.

A FENPROF considera indispensável que os professores e os seus representantes sindicais sejam efetivamente envolvidos na construção de qualquer alteração desta dimensão. Como a FENPROF tem afirmado, qualquer eventual fusão terá de ser avaliada pelo seu impacto nas aprendizagens e nas condições de trabalho, não por objetivos estranhos à melhoria da educação. •

Texto completo

FENPROF formaliza queixa-crime contra ministro da Educação

Na sequência das declarações proferidas pelo ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, em 25 de setembro, nas quais acusou a FENPROF de tudo ter feito para que o processo de classificação dos exames nacionais do ensino secundário de 2025/2026 corresse mal, uma delegação do Secretariado Nacional da Federação entregou no dia 9 de outubro, na Procuradoria-Geral da República (PGR), uma queixa-crime contra o ministro da Educação.

Perante as declarações proferidas pelo ministro da Educação, a FENPROF considera necessário que sejam apurados, pelas entidades competentes, os factos que sustentam tais acusações e que seja averiguada a sua eventual relevância jurídica.

A Federação rejeita, em particular, a imputação de que tenha desenvolvido qualquer ação destinada a prejudicar o processo de classificação dos exames nacionais. Pelo contrário, ao longo de todo o processo, a FENPROF identificou e denunciou problemas que afetaram docentes e escolas e reclamou soluções para situações que, na sua perspetiva, resultaram de opções e decisões tomadas no âmbito da tutela.

Texto completo



Declarações do Secretário Geral da FENPROF, Francisco Gonçalves



Galeria de fotografias

Encontro de Quadros Sindicais prepara ano de trabalho e de luta

No dia 25 de setembro, meio milhar de dirigentes, delegados e ativistas sindicais reuniram no ISCTE, em Lisboa, num importante momento de reflexão, debate e preparação da ação reivindicativa para o novo ano de trabalho e de luta. O Encontro Nacional de Quadros Sindicais constituiu um espaço privilegiado para definir prioridades e reforçar a capacidade de intervenção sindical, debatendo as matérias que continuam a exigir respostas, designadamente valorização da profissão docente, condições de trabalho, horários, carreira, concursos e recrutamento, falta de professores, gestão das escolas e defesa da Escola Pública.

Ao longo da tarde, ouviram-se dezenas de intervenções sobre os principais temas de preocupação dos professores e educadores neste início de ano letivo. Foi ainda aprovada uma moção que os presentes entregam na Presidência do Conselho de Ministros. •

Texto completo



Intervenção do SG FENPROF, Francisco Gonçalves



Intervenção do SG FENPROF, José Feliciano Costa



Intervenção de José Manuel Costa, membro do Secretariado Nacional, sobre o **processo de revisão do Estatuto da Careira Docente**.



Intervenção de João Louceiro, membro do Secretariado Nacional, sobre **os atropelos do MECI ao processo de negociação coletiva**.



Intervenção de João Pereira, membro do Secretariado Nacional, sobre o **processo de revisão e as alterações introduzidas no regime de concursos**.



Intervenção de Manuela Mendonça, membro do Secretariado Nacional, sobre a **gestão democrática das escolas e o novo estatuto do diretor**.



Intervenção de Ana Simões, membro do Secretariado Nacional, sobre o **processo de revisão do regime de Educação Inclusiva**.



Intervenção de Anabela Sotaia, presidente do Conselho Nacional, sobre **os planos do governo para a reforma da Segurança Social**.



Intervenção de Jorge Gonçalves, membro do Secretariado Nacional, sobre o processo de **revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo e a reorganização curricular**.

Outras intervenções:

• **Catarina Teixeira**, membro do Secretariado Nacional e Coordenadora Nacional da Educação Pré-Escolar da FENPROF

• **Cátia Domingues**, membro do Secretariado Nacional e Coordenadora Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico da FENPROF

• **Joaquim Carvalho**, membro do Secretariado Nacional e Coordenador Nacional dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário da FENPROF

• **Pedro Nunes**, membro do Secretariado Nacional e Coordenadora Nacional Ensino Particular e Cooperativo da FENPROF

• **Helena Bonifácio**, membro do Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF





Galeria de fotografias

Dia Mundial do Professor 2026

A Escola Pública exige respostas. Os professores também!

No dia 5 de outubro, para assinalar o Dia Mundial do Professor, cerca de meio milhar de docentes desfilaram entre o Jardim do Príncipe Real e o Largo de Camões, em Lisboa.

À saída do Jardim do Príncipe Real, no início do desfile reivindicativo com que a FENPROF assinalou o Dia Mundial do Professor 2026, o

Secretário-geral Francisco Gonçalves resumiu aos jornalistas quais são as exigências e as reivindicações dos docentes portugueses.
Francisco Gonçalves aponta três pontos essenciais dessa agenda reivindicativa: a valorização do estatuto da carreira docente; 6% do PIB para a educação e uma efetiva negociação coletiva e abertura ao diálogo com as organizações sindicais por parte do governo.
No final do desfile, no Largo Camões, os docentes aprovaram a moção "Com as professoras e os professores: 60 anos a defender a profissão, a valorizar o seu estatuto, a dar rosto ao futuro".

Texto completo



Francisco Gonçalves, Secretário-geral da FENPROF



Intervenção de José Feliciano Costa, Secretário-geral da FENPROF



Intervenção de Manuela Mendonça, membro do Secretariado Nacional e representante da FENPROF na Comissão Executiva da IE



Intervenção de Tiago Oliveira, Secretário-geral da CGTP-IN





Campanha "A Escola Pública exige respostas. Os professores também. Valorização, já!"

No dia 1 de outubro arrancou, em todo o país, a Campanha Nacional em defesa da valorização da Escola Pública e da Profissão Docente. Com a afixação de faixas e pendões em escolas e outros espaços públicos, a FENPROF lança um apelo à sociedade para que se una na defesa de uma Escola Pública de qualidade e de uma profissão docente valorizada, condições indispensáveis para garantir o direito constitucional à Educação. Não basta proclamar a importância da Educação. É preciso concretizar políticas que a valorizem. As faixas e pendões visíveis em todo o país são, assim, um apelo e também uma interpelação: é preciso dar respostas à Escola Pública e aos seus profissionais. Respostas que garantam às crianças e aos jovens o direito a uma Educação de qualidade e que assegurem aos trabalhadores da Educação os direitos sociais e profissionais que lhes são devidos. •

Texto completo

Galeria de fotografias - Afixação de faixas e pendões na área do SPGL



40 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo

Conquista democrática que importa defender e aprofundar

A FENPROF assinalou os 40 anos da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), num debate que reuniu algumas das personalidades que, ao longo das últimas décadas, acompanharam, estudaram e participaram na construção e transformação do sistema educativo português. António Teodoro, Bártolo Paiva Campos, Isabel Menezes, Paulo Sucena e Mário Nogueira contribuíram para uma reflexão sobre o percurso realizado desde 1986 e sobre os desafios que hoje se colocam à Educação. A sessão contou também com intervenções dos atuais Secretários-Gerais da FENPROF, Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa, tendo os trabalhos sido dirigidos pela Presidente do Conselho Nacional da FENPROF, Anabela Sotaia.

A LBSE constituiu um marco fundamental da construção democrática

do sistema educativo português. Aprovada em 1986, veio estabelecer princípios, objetivos e uma organização global do sistema, contribuindo decisivamente para superar desigualdades, universalizar o acesso à Educação e afirmar a escola pública como instrumento essencial de democratização da sociedade.

Quatro décadas depois, a sua concretização está longe de estar concluída. Persistem desigualdades no acesso e no sucesso educativo, insuficiências no financiamento, problemas de organização e funcionamento das escolas e uma crescente desvalorização dos profissionais da Educação. A concretização plena dos princípios da LBSE continua, por isso, a ser uma tarefa atual e não apenas uma referência histórica.

Texto completo

Moção repudia os atropelos aos direitos e às liberdades democráticas

O Conselho Nacional da FENPROF reuniu nos dias 16 e 17 de outubro, em Lisboa, para analisar a situação político-sindical, nacional e internacional, debater os principais problemas que afetam a Educação e avaliar a atividade desenvolvida e as iniciativas previstas pela Federação.

No final da reunião, o Conselho Nacional aprovou por unanimidade uma Moção em Defesa da Liberdade, da Democracia e do Estado de Direito:

«Ao longo deste mandato, têm sido inúmeros os atropelos à lei, por parte de quem tem maior responsabilidade para a cumprir e fazer cumprir: o governo. São várias as conquistas de Abril que têm vindo a ser postas em causa e os atropelos à Constituição da República Portuguesa, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, nomeadamente os direitos sindicais, à educação, ao direito de manifestação e de resistência.»

Texto completo

Plenário de Professores e Educadores jovens, contratados e desempregados

Eduardo Jordão | Dirigente do SPGL

No dia 13 de outubro realizou-se um plenário de jovens, contratados e desempregados, com a participação de dois dirigentes do SPGL e uma dirigente da Interjovem.

Foi analisada a situação politico-sindical, a situação na educação e as negociações do ECD com especial atenção para o novo diploma de concursos. Por fim, foi feito o apelo à manifestação nacional da CGTP-IN do dia 17 de outubro. •

SPGL na Noite Europeia dos Investigadores

O SPGL voltou a marcar presença na Noite Europeia dos Investigadores, distribuindo o documento "Ciência com Direitos para os Desafios Globais", denunciando a precariedade prevalecente entre os trabalhadores científicos e a necessidade de assegurar perspectivas de carreira, financiamento estável e condições de trabalho dignas. •





Luta em várias frentes no Ensino Superior e na Ciência



André Levy
Dirigente SPGL

No início do presente ano lectivo, o SPGL tem estado activo em várias frentes no âmbito do Ensino Superior e Investigação.

Em agosto, foi confrontado com alterações às condições de contratação de professores convidados, na Universidade Politécnica de Lisboa, incluíndo a redução da percentagem de contratação a tempo parcial, a recontratação em categoria profissional inferior, a exigência de renúncia ao regime de exclusividade, e o adiamento do início dos novos contratos, com a consequente perda de um ou dois meses de remuneração. Tal motivou a realização de vários plenários nas várias escolas, e reuniões do SPGL com a reitoria da UPL. Fruto da mobilização dos docentes e intervenção sindical, foram encontradas soluções para várias situações, ainda que apenas para o actual ano lectivo.

Ao nível dos Institutos Politécnicos, o SPGL tem também acompanhado atentamente o processo de transformação do Instituto Politécnico de Leiria na Universidade de Leiria e Oeste. Em causa está a forma como o processo tem sido conduzido — falta de diálogo e incumprimento dos deveres de participação sindical — e algumas das soluções avançadas, nomeadamente a perda de participação democrática e de autonomia das escolas; uma transição entre as carreiras politécnica e universitária que poderá implicar a perda de pontos e menções acumuladas na avaliação do desempenho e dificuldades para os detentores do título de especialista.

A FENPROF denunciou também não ter sido auscultada na revisão do Regime Jurídico do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (vulgo Lei da Ciência). Embora o MECI tenha expressamente prometido envolver a FENPROF no processo, esta nunca para tal foi convocada, nem teve acesso a qualquer documento preparatório ou ao próprio diploma final. O documento foi, entretanto, aprovado em Conselho de Ministros e promulgado pela Presidência da República, sem que fossem envolvidas as principais organizações sindicais representativas dos trabalhadores científicos. •

Webinar sobre a implementação do novo RJIES



Com a entrada em vigor das alterações ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), em 1 de agosto de 2026, as instituições terão de rever os seus estatutos até 31 de julho de 2027, seguindo-se a constituição dos novos órgãos de governo e gestão.

Neste contexto, a FENPROF promoveu, em 27 de outubro, um webinar dedicado às novas disposições do RJIES e aos processos de revisão estatutária que se avizinham. •

Ver Video

Qualidade de ensino ≠ professores sem habilitação adequada para o ensino



Pedro Nunes
Dirigente SPGL

Há algumas semanas, foram discutidas na Assembleia da República propostas legislativas do CDS-PP e da IL no sentido de reduzir a exigência de habilitações para lecionar no EPC.

Numa primeira impressão, poderíamos ficar admirados, dada a proveniência destas intenções. Isto porque existe uma contradição entre o discurso ideológico destes partidos, relativamente à valorização da qualidade de ensino e da liberdade de escolha das famílias e a intenção de baixar as exigências de habilitações para lecionar no EPC.

No entanto, perante o problema da falta de docentes, que também se agrava neste setor, as escolas privadas parecem querer enveredar por uma fuga para a frente, negligenciando as consequências negativas que daí advirão no futuro ao aceitarem qualquer pessoa sem habilitação adequada para lecionar.

É, por isso, lamentável que aqueles que incessantemente descredibilizam a escola pública prefiram pôr em risco a qualidade do ensino em vez de criarem condições que sirvam de estímulo para reter os que já trabalham no EPC e que atraiam novos docentes, de forma a evitar o êxodo dos últimos anos para o setor público.

E o melhor caminho para essa mudança passa pela negociação coletiva traduzida numa verdadeira valorização profissional! •



FENPROF participa no III Encontro Nacional dos Trabalhadores das IPSS, em Braga

No passado dia 24 de setembro realizou-se em Braga o III Encontro Nacional dos Trabalhadores das IPSS. Foi uma oportunidade para discutir o estado atual das IPSS e o papel dos profissionais do setor social, tendo sido aprovada uma resolução que inclui as principais reivindicações para a negociação coletiva de 2027. •

Acordo de revisão do CCT das Misericórdias com a UMP

A FENPROF chegou a acordo com a UMP para a atualização das tabelas salariais dos trabalhadores das Misericórdias em 2026. No caso dos docentes a atualização média é de 3,06%, tendo o subsídio de refeição aumentado também para 5,50€.

Aguarda-se a respetiva publicação no Boletim de Trabalho e Emprego.•

Questionários nos Setores Privado e Social

Está a decorrer, durante o mês de outubro, um questionário aos docentes do Ensino Particular e Cooperativo/IPSS/Misericórdias que visa auscultá-los acerca da sua situação socioprofissional, condições de trabalho e ainda recolher contributos para futuras ações em defesa destes setores. (SPGL - Questionário - Setores Privado e Social | Queremos ouvir os professores e os educadores!) •



a voz a quem entra



Sara Covas
Dirigente SPGL

Marta Coelho de 24 anos, concilia as aulas de História e Geografia de Portugal na Escola Básica Luís António Verney com o Mestrado em Antropologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Não se passaram muitos anos desde que saiu do ensino secundário, mas consegue perceber que já há diferenças consideráveis.

Sara Covas - A escola que deixaste quando acabaste o ensino secundário, é diferente da escola que hoje encontras como professora?

Marta Coelho - Sim, em diversos parâmetros mostra-se imensamente diferente. Lembro-me que em todos os meus anos de escolaridade nunca comecei um ano letivo com professores em falta, sendo que hoje em dia essa não só é a norma, como algo inconcebível para os alunos e pais (parece quase inimaginável ter todos os
docentes no início do ano letivo).

Além disso, também me apercebo, enquanto docente, dos reais danos que proveem do decreto-lei 54/2018 que - sob o pretexto de inclusão - limitou o número de profissionais aptos para apoiarem alunos com necessidades específicas e colocou essa carga no professor, que com turmas de números já demasiado elevados, vê-se quase impossibilitado de cumprir o seu trabalho na totalidade,
pois de repente tem que lidar com realidades diferentes e com diversas necessidades, todas na mesma sala (dou o exemplo de uma turma minha em que, dos 30 alunos, 7 têm necessidades especiais, cada um com as suas características específicas e que pede um acompanhamento muito próprio e individual

que, infelizmente, muitas vezes acaba por ser impossível de providenciar devido às necessidades dos restantes e da manutenção de mediar a postura e comportamento dos alunos na sala de aula).

Além disso, também noto que as turmas são mais etnicamente diversas - o que é extremamente positivo - mas vejo a falta de capacidade de resposta por parte das escolas, não lhes sendo providenciadas professores específicos de língua portuguesa não materna (carga essa dada aos professores de português, muitas das vezes não familiarizados com os métodos e necessidades concretas dos alunos) e havendo uma enorme dificuldade em acomodar os horários, quer dos docentes, quer dos alunos, para essas aulas específicas (sendo que no meu caso os alunos passaram mais de um mês sem essas aulas, até alunos A0 que não têm qualquer conhecimento ou domínio da língua, tendo somente sido aconselhado aos docentes a realização de materiais de estudo extra, traduzido nas diversas línguas).

Em suma vejo os agravamentos e resultados da falta de investimento na escola pública, que não só continuam, como se agravam. •



Entrevista com Helena Lima

Estamos todos juntos, não interessa de onde é que vimos

Lígia Calapez | Jornalista

Helena Lima, Presidente da Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal e Adjunta da Direção da Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, está na Orquestra Geração era este projeto ainda um embrião. E é da sua história que nos fala, num primeiro momento de uma entrevista em que se espraiou pelas várias dimensões de um modelo que tem como um lema fundamental "Mais do que Música, Tocamos Vidas".

A Orquestra Geração germinou de um cruzamento de vontades e saberes. O ponto de partida foi um convite do Departamento de Educação da Câmara da Amadora ao professor António Wagner Diniz, presidente do Conselho de Gestão do Conservatório Nacional – que conhecia o modelo venezuelano *El Sistema* – para pensar um projeto musical num contexto social.
Entre 2006 e 2007, "fomos criando o modelo daquilo que é a Geração, falando com pessoas da Venezuela, configurando com as características do país e com as possibilidades que havia na altura", lembrou Helena Lima.
Assim nasceu a Orquestra Geração. O projeto foi para o terreno em 2007/2008, e o bairro do Casal da Boba, na Amadora, foi o ponto de partida. Desenvolveu-se com base no quadro do Conservatório Nacional – a estrutura pedagógica que dá o garante à própria Orquestra –, contando então com o apoio do programa EQUAL, da Câmara de Amadora, da Fundação Gulbenkian, e outras entidades locais.

"Mais do que Música, Tocamos Vidas" é um lema da Orquestra Geração. Que evolução é que se nota nos miúdos que participam na Orquestra?

O nosso grande foco é efetivamente o social. Ser uma contribuição para, no fundo, uma melhoria de oportunidades, mas também de competências. Que eles fiquem com mais ferramentas para encarar o futuro. Competências que – como já está provado cientificamente – também ajudam ao seu desempenho cognitivo, à parte emocional. Que sejam ferramentas que lhes permitam ter mais sucesso nos seus cursos.
Muitos deles referem, de facto, que a música foi um contributo essencial, também para uma abertura mental, para uma vida mental mais sã, abrir-lhes horizontes de fruição cultural e social, mostrar que o mundo é mais do que o bairro onde habitam e que também podem continuar a fazer música, mesmo estando noutros contextos profissionais.

Texto completo



Orquestra Geração

Professores e alunos - uma paixão partilhada

Lígia Calapez | Jornalista

Dia 8 de julho, a Escola Miguel Torga, na Amadora, vibrava de vida. Em diversos espaços ouviam-se as sonoridades dos ensaios musicais, vozes de professores sublinhando a necessidade de "sentir a música", de insistir até atingir "o máximo de perfeição". Era um dos dias dos estágios da Pré-Infantil e Infantil da Orquestra Geração. Em conversa paralela com professores e alunos, de que aqui damos nota, o que ressalta é a paixão partilhada, o empenho num projeto que exige muito de todos, o "sentir-se em casa".

Vozes diversificadas que confluem em conclusões similares

"Nem nós, há 17 anos atrás, pensávamos que se pudesse ter este contacto e esta emoção com as crianças" e há alunos de então que hoje estão aqui "já como nossos colegas", começou por referir o professor António Barbosa, que trabalha na Orquestra desde o início, na Amadora. Ao lon-

go destes anos houve “uma grande evolução na Orquestra”.

Os resultados das metodologias utilizadas refletem-se, nomeadamente, “no desenvolvimento que eles têm a nível social, a nível do grupo”. “E eu acho que a música, na perspetiva da Orquestra Geração, é mesmo isso - considera António Barbosa. Não é formar músicos que nem todos vão ser músicos profissionais e nem todos vão seguir música, mas todos levarem daqui uma aprendizagem”. O mais importante na Orquestra Geração, salienta, “é eles perceberem o estar em grupo e o respeitarem-se, independentemente da origem de cada um, perceberem que todos estão a trabalhar para o mesmo”.

Margarida Abrantes aluna da Orquestra durante 18 anos, é professora do projeto há cerca de 5. Na Orquestra “sente-se em casa”. Tudo o que aprendeu com os professores “eu tento passar também aos meus alunos”. Nesta passagem de testemunho, tem a vantagem de ter experiência como aluna. “Eu cresci aqui, eu aprendi estas músicas do zero também com as minhas dificuldades e isso ajuda-me muito a transmitir aos meus alunos o que é preciso”.

Partindo, naturalmente, de uma experiência diferente, o professor Bruno Santos corrobora a perspetiva da Margarida Abrantes e valoriza a mensagem que se deixa na vida das crianças e adolescentes, as mudanças que se consegue imprimir nas suas vidas.

“Ensina-se a viver, a dar sentido”. Pela vivência de um ambiente de cumplicidade e cooperação, em contraponto a uma sociedade muito individualista. Também, naturalmente, estabelecendo regras. “Às vezes os alunos precisam de regras e ao sentirem que eu, por exemplo, chego ao pé deles e trato-os pelo nome e imponho regras, percebem que alguém se preocupa com eles”.

Não pode ser só eu, tem de ser o grupo todo

Ana foi aluna na Miguel Torga. Neste momento já não está só como aluna, mas também como monitora e professora/dinamizadora da Orquestra de Afetos.

Como monitora, o objetivo é "proporcionar aquilo que nós vivemos enquanto jovens ou tentar proporcionar que estes momentos sejam mais divertidos, menos cansativos e também passar algumas regras, alguns desafios de conduta aos mais novos". Tendo ainda em conta "que os inspiramos de alguma forma, porque eles vêem-nos também como modelos a seguir".

Para Rafael, da escola Bartolomeu Dias, em Sacavém, a sua vida foi, no fundo, sempre "aqui", na Orquestra Geração. "Existem muitos projetos sociais para a transformação social através da música, mas realmente acho que é importante salientar que este é um projeto um pouco diferente", considera. "Este foca-se em vários pontos. Não só positivos, mas também os negativos. E tentam fazer com que todos nós consigamos perceber o erro e perceber que não temos de ficar tristes por estarmos a errar, mas sim como é que se consegue melhorar."

Todo o trabalho se desenvolve em equipa. "Não pode ser só eu, tem de ser o grupo todo". Como numa orquestra: "Temos que trabalhar em equipa". Para Rafael, "fazer música é um pouco isto: é estarmos todos na mesma sintonia para caminharmos para algum lado".

Bruno está na Orquestra Geração desde 2022, e, para ele, estar na Orquestra sempre foi felicidade e emoção, "algo em que nos divertíamos". A Orquestra "dá-nos felicidade, dá-nos prazer". "Há um momento em que já está tudo tão tranquilo - obviamente, se não for uma peça em que tenhamos uma dificuldade mais extrema - e sentimo-nos tão bem ao ouvir o som e saber que está tudo a soar bem, e olhamos para os outros e vemos todos felizes". "É algo muito bonito", sublinha. •

Texto completo

Neste ano letivo, continuamos a aguardar a necessária autorização para a contratação de parte dos nossos professores. Enquanto esta situação não estiver resolvida, não conseguimos assegurar as aulas de todos os instrumentos e, consequentemente, proporcionar a todos os nossos alunos o acompanhamento que merecem. Esperamos que esta situação possa ser ultrapassada com a maior brevidade possível.

Orquestra Geração



Segurança Social

Defender o sistema público é garantir direitos e proteger o futuro

A CGTP-IN promoveu, no dia 7 de outubro, uma sessão pública dedicada à Segurança Social e, em particular, às ameaças que atualmente se colocam ao sistema público de pensões. A iniciativa contou com a participação de Ricardo Paes Mamede, Clara Murteira e Eugénio Rosa, que contribuíram para o debate sobre as opções e propostas que têm vindo a ser apresentadas para o futuro da Segurança Social em Portugal.

A sessão partiu da preocupação com as consequências de políticas que possam fragilizar o atual sistema previdencial público, universal e solidário, abrindo caminho à crescente transferência da proteção social para regimes privados de capitalização, com evidentes riscos para os direitos dos trabalhadores e para a sustentabilidade e solidariedade intergeracional do sistema.

É fundamental rejeitar soluções que possam conduzir à desresponsabilização do Estado e ao enfraquecimento de direitos sociais fundamentais. •



Análise Crítica à Proposta do Grupo de Trabalho do Governo (Jorge Bravo)

Frente Comum

Greve Nacional da Administração Pública convocada para 20 de novembro



No dia em que teve início a discussão da proposta de Orçamento do Estado 2027 na Assembleia da República, professores, educadores e investigadores, entre os quais ativistas, delegados e dirigentes sindicais do SPGL e da FENPROF, participaram num Plenário de Sindicatos, em frente à Assembleia da República, em Lisboa, convocado pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

O encontro reuniu as estruturas sindicais com o objetivo de discutir o Orçamento do Estado de 2027 e defender os interesses dos trabalhadores. As intervenções centraram-se na denúncia dos fortes danos que a proposta de Orçamento do Estado irá comportar para o país e para quem trabalha.

O Plenário de Sindicatos culminou com a convocação de uma Greve Nacional da Administração Pública, agendada para o dia 20 de novembro.

Texto completo



Intervenção do Coordenador da Frente Comum, Sebastião Santana



Intervenção do Secretário Geral da FENPROF, José Feliciano Costa



Manifestação CGTP-IN (17/10/2026)

Contra o aumento do custo de vida, por mais salário, melhores pensões e serviços públicos de qualidade

A convocatória da CGTP-IN para a Manifestação Nacional de 17 de outubro teve uma forte adesão dos professores, educadores e investigadores. Em Lisboa, do Cais do Sodré à Praça do Rossio, trabalhadores de todos os setores saíram à rua para afirmar o descontentamento perante o aumento do custo de vida, a perda de poder de compra e a degradação das condições de vida e de trabalho.

Organizados na comitiva do SPGL e da FENPROF, docentes e investigadores deram também expressão a uma luta que é, simultaneamente,

pela valorização do trabalho e pela defesa dos serviços públicos, entre os quais a Escola Pública.

A jornada nacional juntou centenas de milhares de trabalhadores em todo o país e demonstrou que existe uma forte disposição para continuar a lutar contra políticas que agravam desigualdades e transferem recursos públicos para interesses privados.

Intervenção do Secretário-Geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira

Resolução aprovada

Galeria de fotografias













Galeria de fotografias

8.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação

Corrida Nacional bate recordes de participação e enche Belém de cor e alegria

João Pereira | Joaquim Carvalho | Dirigentes SPGL

Num dia cheio de sol, professores, educadores, famílias e participantes de todas as idades deram cor e vida à zona ribeirinha de Belém, junto ao Mosteiro dos Jerónimos. A 8.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação, realizada a 24 de outubro, reuniu mais de 1300 participantes, batendo todos os recordes de participação e confirmando que este é já um evento de referência na agenda dos professores.

Promovida pela FENPROF e pelos sindicatos que a integram, com o apoio da Caravela Seguros, da Câmara Municipal de Lisboa e da Associação de Atletismo de Lisboa, a iniciativa voltou a registar uma adesão crescente, com mais escolas a participar e muitas a regressarem com grupos ainda mais numerosos. O Agrupamento de Escolas Fernando Namora foi o mais representado, seguindo-se os agrupamentos da Póvoa de Santa Iria e de Linda-a-Velha e Queijas.

A animação esteve também em destaque, com o regresso do Batucando, cujos ritmos contagiaram os participantes, e com os alunos da IPTrans – Escola Profissional de Loures, que proporcionaram momentos de diversão aos mais pequenos.

Mais do que um evento desportivo, esta Corrida é um espaço de encontro, convívio e partilha, que valoriza o papel dos professores e educadores e reforça os laços entre a escola e a comunidade. Um dia de alegria e energia renovada para continuar a afirmar a importância da profissão docente e a lutar por uma Escola Pública de qualidade. •





SPGL solidário com a Palestina



Dulce Arrojado
Dirigente SPGL

No passado dia 10 de outubro, o SPGL juntou-se, em Lisboa, ao desfile de milhares de pessoas, para exigir o fim do genocídio em Gaza, o fim da ocupação israelita e reafirmar a sua solidariedade com o povo palestiniano, com a sua heroica e resistente luta por uma Palestina livre, pela concretização do seu Estado independente e soberano, pela Paz!

Não nos calaremos, enquanto a ocupação, a colonização, a violência desumana do sionismo continuar a agredir brutalmente o povo palestiniano e a negar os seus inalienáveis direitos. Não aceitaremos nunca que o imenso sofrimento e a tentativa de aniquilação de um povo sejam "normalizados" e silenciados.

Por isso enquanto professores e educadores gritamos: "Fim ao genocídio; Fim à ocupação! Paz, Sim! Guerra, Não! •



Elisabete Zagalo
Dirigente SPGL

perguntascomresposta

PERGUNTA 1

Um docente tem direito a ajudas de custo ou a subsídio de transporte pelas deslocações entre a residência e o estabelecimento onde presta serviço?

Não. Nos termos da Nota Informativa n.º 04/IGeFE/2024, de 14 de janeiro de 2024, emitida no âmbito do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril — alterado, mas não revogado, pelo Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro — e da Portaria n.º 1553-D/2008, a deslocação entre a residência e o local de trabalho constitui uma obrigação de qualquer docente e não se qualifica como deslocação em serviço. Não confere, por isso, direito a ajudas de custo nem a subsídio de transporte.

PERGUNTA 2

Quando um docente colocado num agrupamento presta serviço em mais do que um estabelecimento no mesmo dia, as deslocações entre esses locais são reembolsadas?

Sim. A Nota Informativa n.º 04/IGeFE/2024 determina que, quando o docente se desloca, no mesmo dia, a mais de um estabelecimento do agrupamento, são abonadas as despesas de deslocação entre eles. O mesmo regime se aplica às deslocações a domicílios de alunos, a empresas onde decorrem estágios, ao serviço de exames ou a reuniões de flexibilidade curricular, considerando-se, nesses casos, como domicílio necessário a primeira escola em que o docente prestou serviço nesse dia.

PERGUNTA 3

Quais são os valores aplicáveis ao subsídio de transporte e às ajudas de custo após a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 1/2025?

Nos termos da Portaria n.º 1553-D/2008, o subsídio de transporte é de 0,40 € por quilómetro em automóvel próprio, desde que exista autorização prévia e interesse do serviço; 0,12 € por quilómetro em transportes públicos; e 0,14 € por quilómetro em veículo motorizado não automóvel. Quanto às ajudas de custo, o Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, procedeu à atualização

dos respetivos montantes em 5%, com efeitos a 1 de janeiro de 2025, conforme esclarecido na Nota Informativa n.º 04/IGeFE/2025; assim, o valor de 62,75 € previsto na Portaria n.º 1553-D/2008 passou a 65,89 €. Mantêm-se as regras de atribuição: deslocações diárias a mais de 20 km do domicílio necessário ou deslocações por dias sucessivos a mais de 50 km.

PERGUNTA 4

Os docentes de educação especial e de intervenção precoce têm direito a subsídio de transporte pelas deslocações a diferentes estabelecimentos ou locais de atendimento?

Sim, mas apenas pelas deslocações em serviço, e não pelo trajeto entre a residência e o local de trabalho. A Nota Informativa n.º 04/IGeFE/2024 não distingue grupos de recrutamento, e o seu regime aplica-se a todo o pessoal docente. Assim, se num mesmo dia e no âmbito das suas funções o docente se deslocar a mais do que um estabelecimento do agrupamento, ou a outro local (por exemplo, a domicílios de alunos), são abonadas as despesas dessas deslocações. Considera-se, para o efeito, como domicílio necessário a primeira escola em que prestou serviço nesse dia. É o que acontece com frequência aos docentes de educação especial, que apoiam alunos em várias escolas, e aos docentes colocados em equipas locais de intervenção precoce, que se deslocam a jardins de infância, creches e casas das famílias.

PERGUNTA 5

Um docente em profissionalização tem direito a ajudas de custo ou a subsídio de transporte pelas deslocações às sessões promovidas pela instituição de ensino superior?

Sim. Nos termos do artigo 36.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 287/88, o docente em profissionalização tem direito a ser abonado das ajudas de custo legais e das despesas de transporte pelas deslocações decorrentes das sessões previstas no n.º 1, isto é, as sessões promovidas pela instituição de ensino superior durante o 1.º ano de formação. Estas deslocações devem ser autorizadas previamente pelo órgão de gestão da escola (o conselho diretivo, na terminologia do diploma), e os abonos são processados pela escola onde o docente realiza a profissionalização, conforme o n.º 6. Esta é uma exceção à regra geral que a deslocação entre a residência e o local de trabalho não confere direito a ajudas de custo nem a subsídio de transporte, pois aqui a deslocação decorre de uma obrigação formativa e não do trajeto habitual para o local de trabalho. •

I Série

Lei n.º 32/2026
Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, o Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Lei n.º 41/2026
Assegura em todos os níveis de ensino a acessibilidade dos estudantes com necessidades educativas especiais, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto-Lei n.º 175/2026
Altera os regimes de medidas excecionais e temporárias na área da educação e de regulação dos requisitos científicos para contratação de docentes pós-Bolonha.

Decreto-Lei n.º 176/2026
Altera o Decreto-Lei n.º 95/2025, de 14 de agosto, alargando aos alunos do 3.º ciclo do ensino básico o regime de restrição da utilização de telemóveis e de outros equipamentos ou aparelhos eletrónicos de comunicação móvel com acesso à Internet em contexto escolar.

Resolução da Assembleia da República n.º 252/2026
Comissão Parlamentar de Inquérito às decisões, contratações e responsabilidades na conceção e execução da classificação digital dos exames nacionais de 2025 e 2026.

II Série

Despacho n.º 9472-B/2026
Estabelece a remuneração devida aos docentes pela classificação, na 1.ª e na 2.ª fases e na época extraordinária, e pela reapreciação, por item ou prova, dos exames finais nacionais do ensino secundário no ano letivo de 2025/2026.

Despacho n.º 9990/2026
Declara a extinção da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., por fusão na Agência para a Investigação e Inovação, E. P. E.

Despacho n.º 10024/2026
Procede à definição dos quadros de zona pedagógica considerados carenciados, para o ano letivo de 2026-2027, nos termos do Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto.

Despacho n.º 12412/2026
Sistemas de informação de gestão escolar — migração para ambiente cloud, atualização das aplicações, exportação de dados e registo das atividades letivas.

Despacho n.º 12523-A/2026
Aprova ajustamentos às tabelas de retenção na fonte de IRS para novembro de 2026.

Aposentação
Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 845/2026
Declara a inconstitucionalidade com força obrigatória geral da norma contida no artigo 2.º, n.os 1 e 2, da Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro, segundo a qual «a proibição de reinscrição na Caixa Geral de Aposentações e os requisitos para a reinscrição constantes daqueles preceitos se considerarem aplicáveis a sujeitos cujo vínculo de emprego público haja cessado depois de 1 de janeiro de 2006 e que o hajam restabelecido até 27 de dezembro de 2024».●

Reinscrição na CGA: vitória dos docentes no Tribunal Constitucional



Lídia Bôto
Advogada SPGL

Pelo Acórdão n.º 845/2026 (Processo n.º 121/26), publicado no Diário da República de 27 de outubro, o Plenário do Tribunal Constitucional declarou, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade do artigo 2.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro. A norma impunha a proibição de reinscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA) a quem cessou o vínculo de emprego público depois de 1 de janeiro de 2006 e o restabeleceu até 27 de dezembro de 2024.

O Ministério Público pediu a declaração com força obrigatória geral por a norma já ter sido julgada inconstitucional em vários casos concretos. O Tribunal sublinha que o juízo foi firmado sem votos de vencido.

Trata-se de uma vitória clara para os docentes que contestaram esta norma. O Tribunal considerou que a Lei n.º 45/2024, apesar de apresentar-se como interpretativa, é inovadora e retirou, com efeitos retroativos a 2006, um direito que a jurisprudência sempre reconhecera. Essa supressão viola o princípio da confiança, decorrente do princípio do Estado de Direito (artigo 2.º da Constituição).

Fica confirmada a razão de quem não desistiu e recorreu aos tribunais. Quanto à aplicação prática, importa aguardar a atuação da CGA e consultar o sindicato. É uma vitória de quem não desistiu de exigir o reconhecimento dos seus direitos. O recurso aos tribunais permitiu alcançar uma decisão cujos efeitos ultrapassam os processos individuais que lhe deram origem.

O Acórdão n.º 845/2026, publicado no Diário da República de 27 de outubro, põe fim a uma incerteza que afetou muitos docentes. Esta decisão é, acima de tudo, uma vitória de quem não desistiu. Os docentes que recorreram aos tribunais viram a sua persistência confirmada. Importa agora acompanhar a forma como a CGA aplicará o acórdão, e os professores nesta situação poderão solicitar à Secretaria do seu Agrupamento a reinscrição na CGA, pois só este órgão tem acesso à plataforma - formulários da CGA. •



4.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados: Cumprir a Constituição. Unir forças. Dignificar a aposentação.

Os docentes aposentados não aceitam que os direitos conquistados ao longo de uma vida de trabalho sejam desvalorizados ou postos em causa. A defesa da aposentação digna, o cumprimento da Constituição e a valorização de quem dedicou décadas à Educação exigem mobilização, unidade e intervenção.

A 4.ª Conferência Nacional dos Docentes Aposentados, que se realiza em 26 de janeiro de 2027 (nova data), no Auditório do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, será um espaço de debate, reflexão e afirmação de direitos.

Mais informações: https://www.fenprof.pt/4-a-conferencia-nacional-de-docentes-aposentados-cumprir-a-constituicao-unir-forcas-dignificar-a-aposentacao •

Ações realizadas em setembro e outubro

Ação sindical

Realização de Plenários Regionais no dia 15 de outubro em Caldas da Rainha, Santarém e Setúbal e no dia 20 em Lisboa para **preparação e eleição dos delegados aposentados do SPGL à 4ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados da FENPROF.**

Nestes Plenários foram eleitos **35 delegados pela Lista A** - "Por uma Aposentação Digna" e **4 delegados pela lista C** - "Autonomia Sindical/ devolver o poder aos professores".

Ação reivindicativa

8 de outubro – 15h00 | Lisboa – Gare Oriente
Participação na Concentração nacional da CGTP-IN – Pelo aumento das pensões/O acesso gratuito aos medicamentos/A Melhoria da mobilidade dos reformados e pensionistas.

17 de outubro – 15h00 | Lisboa
Participação na Manifestação nacional da CGTP-IN – Pelo aumento dos salários e das pensões.
Participação no Plenário Nacional dos Sindicatos da Frente Comum da Administração Pública – 27 de outubro – Assembleia da República
- Discutir o Orçamento do Estado e Defender os interesses dos trabalhadores

Ação sociocultural

15 a 19/9 - Realizámos um passeio cultural à Andaluzia e aos Pueblos Blancos onde visitámos **Córdoba**, cidade histórica classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, **Granada**, onde se preservam os marcantes traços da herança árabe, **Málaga**, a vibrante cidade natal de Pablo Picasso e **Ronda**, a impressionante cidade suspensa sobre o desfiladeiro.

15/09/2026

Um grupo do SPGL
Mais uma vez foi viajar
Atravessou o Alentejo
Com suas paisagens de encantar.

16/09/2026

O núcleo de Córdoba visitamos
Acompanhados pelo guia local
Admiramos as ruas labirínticas
Mais a Mesquita Catedral.

17/09/2026

Na bela cidade de Granada
O mosteiro da Cartuja fomos visitar
Com obras de um barroco espanhol
Fotos e mais fotos, para mais tarde recordar.

18/09/2026

De Granada seguimos para Málaga
Da Costa do Sol és cosmopolita
Visitamos o centro da cidade
Terra natal de Picasso, muito bonita.

19/09/2026

Em Setenil de las Bodegas
Começámos o nosso dia
Com casas cravadas na paisagem
Uma admiração para quem via.

Fátima Manuel





De 25 a 27/9 realizámos uma visita cultural ao Porto com a participação de 50 sócios e familiares onde fomos participar no concerto de homenagem a **Ary dos Santos, "Cantar Ary"** que juntou em palco a Banda Sinfónica Portuguesa e algumas das maiores vozes da música nacional, de diferentes gerações: Ana Lua Caiano, Camané, Carolina Deslandes, Fernando Tordo e Paulo de Carvalho. Visitámos também o Palácio da Bolsa, a Feitoria Inglesa e o Museu Soares dos Reis e participámos num concerto de Fado no Mosteiro de S. Bento da Vitória.

25/09/2026

Viemos até à cidade do Porto
Fazer um passeio cultural
Os aposentados do S.P.G.L.
Assistiram a um espetáculo especial.

26/09/2026

Tivemos um despertar atribulado
Bem cedo o alarme disparou
Gerou-se alguma confusão
Mas por fim tudo se acalmou.

27/09/2027

Visitámos o Museu Soares dos Reis
Assim terminámos nossa viagem cultural
Com uma pintura bem diversificada
Com toda a sua coleção tão especial.

Fátima Manuel

Texto completo

A Memória do Esquecimento

Sílvia Baptista | chiado books



"Somos muto diferentes, mas tão iguais!". Esta a frase que acompanha o título do livro de Sílvia Baptista e que, de algum modo, espelha a linha que atravessa as diferentes partes que constituem a obra.
O livro apresenta-se como uma "homenagem às vítimas dos resquícios do colonialismo na sociedade portuguesa atual". E é fundamentalmente constituído por um conjunto de episódios diversos, flaches sobre a vida dos habitantes de um bairro de barracas, em que, muito naturalmente, se fundem ficção e factos reais. Situações que se desenvolvem em torno de uma carrinha de apoio à saúde. Vozes e histórias que nos falam de problemas - que hoje ainda, em muitos casos, se mantêm atuais – como casas improvisadas, sem o mínimo de condições de habitabilidade, sem acesso a água ou a eletricidade, higiene básica, transportes acessíveis. Guetos estigmatizados. Mas em que se resiste, se organizam respostas possíveis, se reforçam laços de solidariedade, se partilham espaços de culto entre católicos e islâmicos.
O livro inclui ainda um prólogo em que se esboça um enquadramento histórico do que foi o domínio colonial português. Uma breve síntese sobre a guerra colonial. E, ainda, uma súmula dos múltiplos crimes de guerra vividos ao longo de todo esse período – "crimes de lesa humanidade", nas palavras do então bispo de Nampula, "massacres de inocentes, de prisioneiros de guerra, de civis julgados coniventes com o inimigo"; e um apanhado geral de presídios e campos de concentração, cruzando factos e realidades de Portugal e colónias e incluindo práticas e leis como o Código de Trabalho dos Indígenas ou a criação de Aldeamentos.
Conclui com um apelo: "Cabe a cada um de nós não permiwtir que o silêncio destrua a memória nem que a chama da liberdade se apague". •

Lígia Calapez



Exposição “Outras escolas”

Ana Cristina Gouveia | Dirigente do SPGL

Foi inaugurada no Espaço ABC, no dia 10 de setembro de 2026, pelas 18.00 horas a Exposição de fotografia “Outras escolas”. Nas palavras do autor, Luís Nogueira “Imagens de crianças que nasceram e vivem em diferentes contextos culturais e socioeconómicos, que influenciam e condicionam as suas aprendizagens e experiências. No seu conjunto, constituem uma narrativa que nos pode fazer viajar e sensibilizar para distintas condições e situações de aprendizagem, não apenas a nível das instituições de ensino, mas também das vivências do dia-a-dia nas sociedades em que estão inseridas” •

sugestões

FILMES

Naza | *Yuval Abraham, Rachel Szor*



Obrigatório ver!
Tendo como pano de fundo uma paisagem urbana noturna – Telavive à noite, vidas comuns que cumprem rotinas banais do dia a dia (e, no entanto, potencialmente sujeitas a uma vigilância total) – 24 operacionais dos serviços secretos israelitas, com as vozes e imagens alteradas para lhes garantir anonimato, descrevem a sua participação na máquina de morte que visa a aniquilação do máximo de palestinianos, a destruição sistemática de edifícios e bairros.
Um diálogo expurgado de emoção, seco, direto, estritamente técnico, distante. Ocasionalmente eivado de laivos de consciência e de arrependimento. Um dos entrevistados questiona-se: "Ainda considero os nazis maus", diz, "mas dito isso, o que sou eu?". Um deles admite que se trata de um genocídio.
O filme termina com uma sucessão de imagens de Gaza após um bombardeamento. Corpos esmagados, famílias desesperadas. Um único momento a documentar as consequências humanas do que parece ser encarado, por alguns dos intervenientes, como um jogo de guerra. Em que a "eficiência" é o objetivo.
Impossível não lembrar o conceito de banalidade do mal, de Hannah Arendt: o mal extremo pode ser praticado por pessoas comuns que abdicam da capacidade de refletir, julgar e questionar, limitando-se a cumprir ordens, seguir regras e integrar-se a uma máquina burocrática

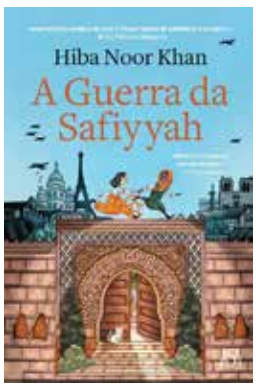
O filme ficará disponível para transmissão gratuita online no fim de novembro de 2026 no site oficial do The Guardian.

Lígia Calapez

LEITURAS

A Guerra da Safiyyah

Hiba Noor Khan | ASA



A Segunda Guerra Mundial vista a partir dos olhos de uma menina muçulmana de 11 anos, em Paris, quando a Grande Mesquita da cidade ajuda a salvar centenas de judeus.
Baseado numa história verídica. Mostrando não só o peso da guerra, mas também a beleza das relações interpessoais e de momentos especiais. Como ver um céu noturno cheio de estrelas, que leva Setti (avó), a Safiyyah e a Hana, sua amiga, judia, cujos pais tinham sido apanhados pelos nazis, a ficarem em conjunto fascinadas: "Temos de nos render às maravilhas. É quando nos entregamos completamente ao silêncio que começam as canções mais belas."
Safiyyah junta-se à família na Resistência: "Só queria que a guerra acabasse, mas o que a alimentava e lhe dava forças, mesmo quando quase não havia que comer, era saber que estava a fazer algo importante. A sua cidade tinha sido mergulhada nas trevas, o mal espreitava a cada esquina, mas havia uma rede secreta, latejante de vida e de luz que a percorria como veias. Resistindo. E a Safiyya fazia agora parte dela".
"A tradição judaica e a muçulmana partilham o ditado: 'Aquele que salva uma única vida, é como se tivesse salvado toda a humanidade'", escreve na Nota Histórica a autora.
Uma conclusão e uma leitura de uma história que ganha ainda mais sentido nos dias de hoje.

Sofia Vilarigues

ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra **Conselho de Redação** Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, André Levy, António Avelãs, Sara Covas **Composição** Fátima Caria **Jornalistas** Lígia Calapez, Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha **Capa**: D.I.P. **Fotografia** Joana Rodrigues/ Pedro Pereira **Revisão** Lígia Calapez **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Depósito legal** 9157/85 **ICS** 109893

UNIDADE na Valorização da PROFISSÃO e da EDUCAÇÃO

SPGL
Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede
Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgldir@spgl.pt
www.spgl.pt

Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste

Caldas da Rainha
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-329
Caldas da Rainha
Tel: 262841065
Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt

Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim, Lj 3 - 2.ºpiso,Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B 2200-397
Abrantes
Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1.º Esq. 2000-232
Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

Tomar
Av. Ângela Tamagnini, n.º 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2.º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778
Fax: 265525935
setubal@spgl.pt

Barreiro
Praceta João Azevedo n.º 2, Loja E
2830-527 Barreiro
Telef: 212 064 036
Tel: 91 050 93 98
barreiro@spgl.pt

Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, n.º 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813
Fax: 212722865
almada@spgl.pt

www.spgl.pt